

# MOSAICO **inform**<sup>40</sup>

INFORMAÇÃO SOBRE OS DIREITOS HUMANOS  
E O TRABALHO DO MOSAICO | INSTITUTO PARA A CIDADANIA



## PROTEGER OS RECURSOS NATURAIS



Figura em Destaque - Pág. 09  
**CECÍLIA CASSAPI**



Entrevista - Pág. 14  
**FILOMENO VIEIRA LOPES**



Reflectindo - Pág. 18  
**UM PAÍS QUE SONHAMOS**



## MOSAÍKO **inForm**

### FICHA TÉCNICA

#### PROPRIEDADE

MOSAÍKO | Instituto para a Cidadania

NIF: 7405000860

Nº DE REGISTO: MCS - 492/B/2008

#### DIRECÇÃO

Júlio Candeeiro, op  
Mário Rui Marçal, op

#### SUPERVISÃO

Sílvia Cristina

#### REDACÇÃO

António Gongga  
Deonilde da Graça  
Maria Esteves (Estagiária)  
Carla de Oliveira (Estagiária)

#### FOTOGRAFIA DE CAPA

André Cupessala

#### COLABORADORES

Rev. Ntomy-a-Nzinga  
Mandele Rocha

#### ARTE GRÁFICA

André M. Cupessala  
Gabriel Kahenjengo

#### RE-DESIGN

André Cupessala

#### CONTACTOS

Bairro da Estalagem - Km 12 | Viana  
TM: (00244) 990 775 815

TM: (00244) 929 775 815

Caixa Postal 2304 - Luanda | Angola

E-mail: [mosaiko@mosaiko.op.org](mailto:mosaiko@mosaiko.op.org)

[www.mosaiko.op.org](http://www.mosaiko.op.org)

[www.facebook.com/MosaikoAngola](https://www.facebook.com/MosaikoAngola)

#### IMPRESSÃO

Damer Gráficas SA - Luanda

TIRAGEM: 2500 exemplares

#### DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Os artigos publicados expressam as opiniões dos seus autores, que não são necessariamente as opiniões do Mosaiko | Instituto para a Cidadania.

#### COM O APOIO



**NORWEGIAN CHURCH AID**  
**actalliance**

## índice

MOSAÍKO INFORM N° 40 - SETEMBRO 2018  
TEMA: PROTECÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

- PÁG. 03 *editorial*  
Seres humanos gestores, não donos do mundo
- PÁG. 04 *informando*  
O desgoverno de um recurso natural
- PÁG. 08 *estórias da história*  
A origem da exploração mineira
- PÁG. 09 *figura em destaque*  
Cecília Cassapi
- PÁG. 10 *construindo*  
Um continente à margem dos recursos
- PÁG. 13 *noticias*  
Sociedade civil mais consciente |  
Organizações debatem Recursos Naturais
- PÁG. 14 *entrevista*  
Filomeno Vieira Lopes
- PÁG. 18 *reflectindo*  
O país que sonhamos
- PÁG. 20 *especial*  
21 Anos do Mosaiko | Resultado da avaliação  
*Júlio Gonçalves Candeeiro, op*



OS RECURSOS DA TERRA ESTÃO A SER  
DEPREDADOS TAMBÉM POR CAUSA DE  
FORMAS IMEDIATISTAS DE ENTENDER A  
ECONOMIA E A ACTIVIDADE COMERCIAL E  
PRODUTIVA ”

*Papa Francisco, no Laudato SI.*



## editorial

Seres humanos gestores, não donos do mundo

Júlio Gonçalves Candeeiro, *op*  
Director Geral

Fotografia: ©André Cupessala

### Estimado leitor/a

O ser humano considera-se diferente dos outros seres, assumindo em vários períodos da história, a postura de “dono da natureza”. Esta atitude leva a humanidade a usar e abusar dos recursos naturais, explorando-os, para além do necessário para sobreviver.

No nosso País, a realidade não é diferente. Angola é uma terra rica pois, possui nos seus solos e subsolos uma imensidão de recursos, que segundo a Constituição da República, são “propriedade do povo Angolano, cabendo ao Estado a sua gestão, concessão, extracção, venda e distribuição dos rendimentos provenientes destes recursos”.

A presente edição do Mosaiko Inform aborda a problemática da gestão destes recursos, ressaltando os desafios da falta de concertação entre os vários actores da cadeia extractiva que são: os sobas, as comunidades e as empresas e, simultaneamente, confronta a prática extractiva, com o cumprimento das legislações nacionais e internacionais.

O Mosaiko e várias ONGs têm realizado estudos que comprovam que existem violações sistemáticas dos Direitos Humanos nas zonas de extracção mineira em Angola e em vários países do continente africano.

Nesta edição, a rubrica Construindo põe a nu a realidade de África, um continente à margem dos seus recursos, referindo-se à disparidade entre os valores exorbitantes das vendas de recursos, em contraste com a pobreza a que estão votados os países africanos. Em entrevista, o economista, Filomeno Vieira Lopes, alerta para a necessidade de se implementar a Visão Mineira Africana como plataforma para uma gestão sustentável. Do mesmo modo, o Reflectindo questiona os modelos de desenvolvimento adoptados ou a falta de modelos que pensem nas gerações futuras. Pois dizia alguém, “a terra não é nossa, foi-nos emprestada pelos nossos netos”.

Por isso, esta edição 40 do Mosaiko Inform convida cada leitor/a, a ter mais cuidado com o planeta, evitando o desrespeito pelos direitos humanos, em especial das comunidades em zonas de extracção mineira, evitando a “cultura do descarte, que afecta os seres humanos excluídos como as coisas que se convertem rapidamente em lixo”, Papa Francisco, Laudato SI 25.

A terra é a nossa casa comum e a sua sobrevivência depende do cuidado que lhe prestarmos.

Boa leitura!



Exemplares disponíveis, liga para 929 775 815 e adquira o seu

[www.mosaiko.op.org](http://www.mosaiko.op.org)



# *informando* O DESGOVERNO DE UM RECURSO NATURAL

Uíge | © Arquivo Mosaiko

*O Mosaiko Inform esteve em duas províncias à procura de respostas concretas sobre a exploração de madeira. Que espécies temos? Quantas árvores? Qual o potencial? Que impacto tem a exploração hoje e terá no futuro?*

Desde logo é de destacar a forma como as pessoas lidam com o recurso natural, seja madeira ou outro, gente com muito ou nenhum poder financeiro, lida com o recurso numa perspectiva de proveito próprio. O “benefício” é o que se pode ganhar financeiramente aqui e agora.

No Uíge, um ex-funcionário de uma empresa que explora madeira, espera há um ano, pelo pagamento de quatro meses de salário. Ganhava 25 mil kwanzas/mês, esteve cinco meses na mata, a cortar madeira.

“O dono da empresa apresentou-se na aldeia e procurou gente para trabalhar na exploração de madeira. Conseguiu 25 trabalhadores, mas quando passou o primeiro, segundo mês... nada. O patrão disse que as licenças não estavam a sair, mas nós continuávamos a cortar”, contou o ex-funcionário.

O empresário prometeu que iria pagar os salários, fazendo o transbordo durante a noite. “Ele estava a ver formas de tirar a madeira de noite, porque sabia que durante o dia, os homens da fiscalização iriam agarrá-lo. Saíram 11 carradas, ele vendia a madeira a uma empresa vietnamita que também estava aqui. Deixamos levar a madeira e depois disso, sempre que o víamos, ele dizia: Sim, vamos pagar, vamos pagar...” Mais tarde, a empresa conseguiu a licença, mas as promessas continuaram não só a de pagar os salários em atraso, mas também a de “entregar o dinheiro que o bairro pediu para con-

struir uma igreja”, só que entretanto, o empresário mudou de município e dizia agora que tinha um carregamento que iria vender para conseguir pagar.

Três meses depois, o empresário voltou para pagar apenas metade do salário a alguns trabalhadores. “Assim, eu também resolvi lá ir para ver se conseguia rever o meu dinheiro. Deveria receber 125 mil, mas ele deu-me só 25 mil Kwanzas e prometeu que regressaria mais tarde, para pagar todo o dinheiro e, até hoje, nunca mais apareceu”.

Questionado sobre as espécies de árvore cortadas e quem indicava o tipo de madeira a abater, o ex-funcionário revelou que “o próprio patrão é que dava a dica. Hoje vão tirar esse tipo de pau, podia ser moireira ou munguba...”. De acordo com ex-funcionário,

---

*“Quem nos devia defender é o soba que deu oportunidade de virem explorar a madeira”*

---

a área de exploração era determinada pelo soba. E quanto aos danos mais visíveis provocados pelo corte contou que “abatiam as árvores e depois, escolhiam o que queriam, o que não queriam, ficava lá no chão e aquilo mesmo, era só destruir”.

“Quem nos devia defender é o soba que deu oportunidade de virem explorar a madeira”, queixou-se.

As autoridades tradicionais são, em teoria, os que melhor conhecem as áreas e as espécies, assim como, os danos provocados pelo abate. No entanto e devido às carências em muitos bairros e aldeias, alguns sobas são menos defensores e tornam-se mais negociadores, facilitando ou obstruindo o acesso à madeira, mediante pagamentos em dinheiro e bens para proveito próprio.

### “ Dêem-me 1 milhão e meio de Kzs ”

No Moxico, um soba contou um episódio em que foi abordado por um senhor que chegou com um documento feito, assinado pelo administrador comunal do Bié. “Assim que entrou em contacto comigo, queria já cortar madeira, mas antes de começar, sentamos e disse: Vocês vão explorar madeira, vão-me prejudicar, pelo menos 1 milhão e meio de Kwanzas, mas ele negou. Então eu disse: pelo menos construir uma escola e será lembrança para os meus filhos”. As negociações continuaram e, no final, o soba arrecadou 700 mil Kwanzas, pagos parceladamente.

No Uíge, um ex-soba confirmou o hábito revelando também que exigir contrapartidas é já um costume. “A benfeitoria que propus era que a empresa criasse condições para que a população tivesse água potável. Entretanto, após a captura da madeira, o empresário se pôs em fuga, perdemos a comunicação com ele até hoje”.

As administrações comunais e municipais tanto aconselham os empresários a contactar os sobas, como também, dão ordens para que os sobas recebam este ou aquele empresário. “Ele vem com um documento passado pela administração”, contundo o ex-soba admitiu que mesmo quando pedem para apresentar a documentação, o empresário “não mostra, fala só que tem. Por vezes, exigíamos, mas nem todos aceitavam mostrar”.

O que há a lamentar é sobretudo, a quebra de um compromisso falado e a perda do que chamam benefício. “Vimos várias situações um pouco por todo o município, mas a verdade é que já não conseguimos recuperar tudo o que poderíamos, de facto, ter beneficiado e não conseguimos fazer nada. O aproveitamento foi só

deles, nós não tivemos nenhum benefício, mas vimos a destruição das árvores e isso afecta-nos na conservação de plantas como a bananeira, a cafeeira, por exemplo, no tempo seco, a sombra ajuda”.

Além das grandes empresas e multinacionais exploradoras de recursos naturais, o desconhecimento e a desorganização, também contribuem para a destruição em escala do ecossistema.

Há sobas que ainda conservam a sabedoria ancestral e o conhecimento de plantas e árvores, mas o que prevalece, quando aliciados, é o quanto podem retirar financeiramente do acordo que estabelecem com os exploradores de madeira. Permitem o corte em áreas recônditas, usam o pequeno poder que detêm para determinar onde e o que se abate, uma decisão que não tem precisão relativamente ao número de árvores existentes, espécies e impacto da ausência destas árvores de grande porte. “A nossa floresta é vasta, tem uma conta indeterminada de árvores, é infinita”, afirmou o soba.

### Empresários extorquidos

Estes acordos informais são do conhecimento das autoridades oficiais. “Há empresários que são induzidos em erro, são extorquidos. Na ânsia de encontrar áreas para explorar, pagam dinheiro aos sobas e muitas vezes, não chegam a explorar”, revelou uma fonte do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), em Luanda.

“Recordo uma situação no Kwando Kubango, alguém recebeu dinheiro, mas depois a outra família não quis que o empresário trabalhasse lá e houve um conflito. Aí já havia um conflito de interesse e nós não podemos fazer nada relativamente a isso”, rematou.

A questão é: Quem pode fazer? Tanto no Uíge como no Moxico, a responsabilidade não é claramente assumida por ninguém quando algo corre mal, há conflitos ou consequências nefastas. O IDF aconselha a ler a lei. “Querem uma área para exploração leiam a legislação, quer desenvolver uma actividade de exploração, leia, tem que ter conhecimento da exploração”, destacou a mesma fonte.

Há acordos verbais entre empresários e sobas, empresários e trabalhadores sem nenhum

*informando*

**O DESGOVERNO DE UM RECURSO NATURAL**

respaldo jurídico. Administrações municipais que submetem-se à autoridade do soba. Há licenças de exploração atribuídas em Luanda sem qualquer verificação local das condições. E por inúmeras vezes, o que se ouviu dos administradores municipais e dos sobas é que as ordens que vêm de Luanda não devem ser contestadas.

Por outro lado, é confuso e a entidade responsável pela gestão e execução da política florestal do país, o IDF, não ajuda a esclarecer quando advoga que as empresas devem estabelecer contacto só com a comunidade e podem afinal, construir escolas, hospitais e igrejas. Agora a dúvida é: quantas comunidades existem sem uma autoridade tradicional?

“O IDF não incentiva as empresas a ir ter com os sobas, mas as empresas têm de ter responsabilidade social com a comunidade, tem de definir alguma agenda com a comunidade, não com o soba. Daí ficam excluídas as ofertas de bens pessoais, tem de trabalhar no sentido de ver se aquela comunidade não tem escolas, pode ajudar a construir, isso é responsabilidade do Estado, mas se ainda não construiu, eles podem construir, hospitais, igrejas. Se não for muito dispendioso para a empresa, coisas que beneficiem a comunidade, mas nunca a empresa pode substituir o Estado”, advertiu.



▼Moxico | ©Hermenegildo Teotónio

**Fiscais sem meios**

A lei existe, mas os meios humanos e materiais para garantir a sua exequibilidade, escasseiam. O IDF diz estar representado nacionalmente, mas tem apenas 17 técnicos superiores, 14 engenheiros florestais efectivos e 300 fiscais. “Provavelmente já não são 300, uns já devem estar velhos, outros já morreram”, constatou um responsável, acrescentando que “se tivéssemos mais técnicos seria melhor. Uns estão nas províncias e outros estão aqui (Luanda). O departamento tem engenheiros, mas antigamente os engenheiros agrónomos entendiam alguma coisa de florestas, mas agora não”.

“Somos uma instituição do Estado, desenvolvemos uma actividade fundamental. Não temos homens suficientes e nem têm a preparação necessária, ganham muito mal, nem sequer como administrativos. Meios para perseguir um infractor, não temos. Mesmo a nível da instituição, precisamos admitir pessoal, não há concursos públicos, temos de ter pessoal, pessoal formado, são poucos”, admitiu o trabalhador do IDF, na área florestal há 39 anos.

No Uíge, por exemplo há 70 empresas de exploração de madeira, cuja operação, em teoria está a ser fiscalizada e vistoriada pelo IDF e os seus três fiscais efectivos e dez funcionários contratados. “Chegamos ao local, encontramos a prova material e não podemos apreender porque não temos camião. Regressamos para criar as condições e quando voltamos para o local, já não encontramos nada”, contou.

O funcionário do IDF disse deparar-se também com constrangimentos a nível interinstitucional. “Muitas vezes estamos a fazer um trabalho, a polícia aparece para apreender, tem-se toda a documentação, mas ainda assim, cria-se um monte de entraves. Ultimamente tem tido muita interferência, ingerências desnecessárias”.

Actualmente, o Instituto Geo-cadastral de Angola é responsável pelos croquis de localização que determinam a área de exploração e para a concessão de licenças, o IDF entra como fiscalizador na fase inicial avaliando os documentos exigidos e depois, no terreno na inspecção das condições, sobretudo de transporte dos toros (trancos de árvore limpo da rama).

**“Quando uma árvore cai, não cai sozinha...”**

O abate de árvores centenárias não deixa apenas marcas no horizonte, há efeitos imediatos que escapam à vista. Tanto no Uíge como no Moxico, as zonas de abate são sempre descritas como distantes e inacessíveis. Uma mata densa, violada agora por máquinas que desmatam para abrir o caminho que os leva à desejada madeira.

Envolto num secretismo, percebe-se no terreno que populares, trabalhadores de exploração de madeira e funcionários públicos, não transmitem com segurança o que se passa nas zonas de abate. Onde estão localizadas? Quantas árvores foram abatidas? Que impacto sentem? Repara-se, essencialmente nas movimentações dos camiões que transportam toros, sobretudo durante a noite.

A equipa do **Mosaiko Inform** identificou uma empresa, sediada em Luanda, mas com um estaleiro no Uíge, onde os funcionários asseguraram que há muito não faziam corte de madeira e que estavam, praticamente, paralisados. No dia seguinte, já caía a noite e ao circular pela estrada, a equipa do Mosaiko Inform avistou um camião carregado de toros com a marca da tal empresa supostamente “paralisada”.

Além de desbravar para ter acesso à mata, a exploração de madeira exige ainda, criar um ambiente livre de insectos. Há 48 empresas licenciadas para explorar madeira, no Moxico e algumas delas, usam insecticidas. E já há comunidades afectadas pela exploração que inclui matar insectos, nomeadamente abelhas, condicionando, por exemplo, a obtenção de mel que é um meio de subsistência importante na província. Segundo a ANGOP, recentemente, só o município dos Bundas, produz artesanalmente, 1,600 mil litros de mel/ano. Referindo ainda outras localidades na província que se dedicam à produção de mel: Nengo, a comuna do Cessa e a de Lumbala-Nguimbo.

Populares que antes, também se alimentavam de caça, são agora obrigados a percorrer longas distâncias porque os animais são afugentados pelos insecticidas e pela pouca densidade florestal de locais que eram naturalmente florestados.

O impacto desta actividade sobre a qualidade do ar, ainda não é mesurável, no entanto e de acordo com

representante da repartição de saúde de um município do Moxico, o uso frequente de insecticidas e o abate indiscriminado de árvores, tende a aumentar o número de doenças respiratórias.

Ciente de que o ser humano não vive sem oxigénio, o representante da saúde apontou sinais que já são preocupantes, a perda de humidade no ar, a diminuição significativa dos caudais dos rios e o ar permanentemente quente, desde 2016.

Por outro lado, tende a ser cada vez mais difícil o acesso a espécies que são consideradas medicinais. O Mussive, por exemplo, é das árvores mais abatidas em Angola, mas segundo a medicina tradicional, tem poderes curativos. E em zonas remotas, onde o acesso a cuidados de saúde é limitado pela falta de infra-estruturas, técnicos e remédios, a medicina tradicional ainda tem um papel determinante. No fim, abater Mussive é, condicionar o acesso a um bem-estar, mesmo que paliativo.

“A madeira é do Estado, porque os recursos naturais que estão no solo são pertença do Estado”, sublinhou uma fonte do IDF. Esta é uma lógica que provocou e ainda provoca, o desgoverno dos recursos naturais, e que olha para o recurso apenas como moeda de troca e vantagem exclusiva de quem o detém em seu poder. Contrariar esta lógica é criar um novo paradigma em que o recurso é património alheio, submetido a uma titularidade colectiva responsável e comprometida com a continuidade presente e futura das espécies. ●



Uíge | ©Arquivo Mosaiko

# estórias da história

## A ORIGEM DA EXPLORAÇÃO MINEIRA

África não é apenas o continente berço é também, o lugar onde se começaram a desenvolver as primeiras civilizações, arte e técnicas metalúrgicas. Dividida em idades distintas, cada uma delas caracterizada por um recurso natural, a história da exploração nasce do contacto que se estabelece com a natureza, a matéria, como se transforma e usa o recurso.

Primeiro a pedra, tendo sido os Africanos os que, sem conhecimento prévio, desenvolveram técnicas para criar instrumentos (12000 a 2000 a.C.), no actual deserto do Sahara.

Os exploradores iniciais, foram situados muito mais tarde, perto do rio Nilo (4000 a.C.), no Egipto e na Núbia (3000-2500 a.C.). Explorando e forjando minérios como latão, bronze, ferro, cobre e ouro. Com fornalhas revestidas de terra extraída de ninhos de formigas, uma técnica que constituiu a base dos actuais fornos modernos.

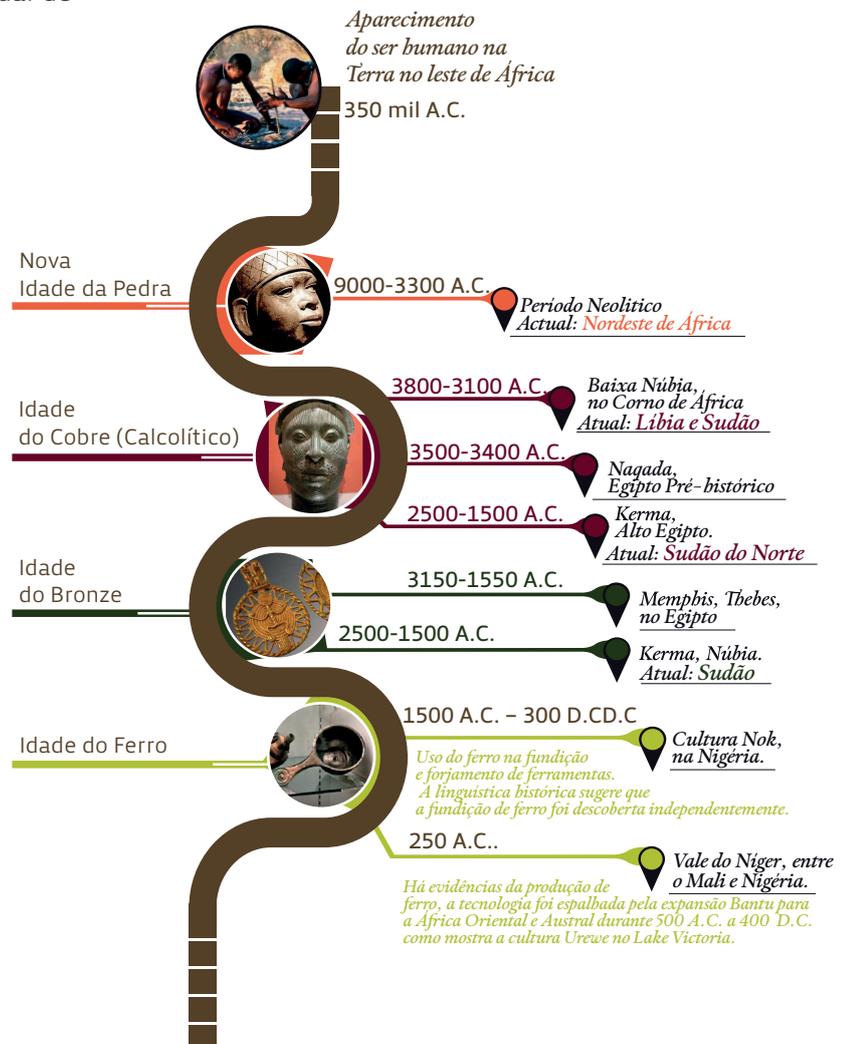
Ferreiros na antiga Rodésia, hoje Zimbábue, faziam lingotes de cobre em forma de cruz e além de comercializar estas cruzetas, usavam-nas como padrão para fabrico de joalheria.

No ano 1350-1500 a.C. centenas de toneladas de ouro foram produzidas na região que hoje é a Guiné, Mali e o Gana. O ouro era recolhido nos rios e extraído das minas e há registos de povos caracterizados pela habilidade metalúrgica, produção e comercialização do precioso metal: Os Mandigas de Wangara (actual Guiné). E de reis faustosos como Tunka Manin do Gana, 1063 a.C., Kankan Mussa do Mali (1312-1337 a.C.) e Nyatsimba Mutota do Zimbábue, (1430-1450 a.C.).

Outras técnicas surgiram no continente, os escultores de Ifé, na Nigéria, usavam o método da “cera perdida” para criar imagens de metal em 1400 a.C. As salas palacianas

dos reis do Benim estavam recobertas com grandes placas de latão ou bronze. Registos que provam que a mestria, técnica e arte no manuseio de minérios não faltam e fazem parte da história Africana. ●

Texto: *Maria Esteves*



# figura em destaque

## CECÍLIA CASSAPI

“Pelos sem voz e sem vez”

Defensora dos Direitos Humanos



Fotografia: ©Hermenegildo Teotónio

*“É preciso ver se conseguimos enxergar a realidade das nossas comunidades na forma romântica como se aborda o código mineiro angolano”*

**D**estemida e batalhadora, aos 22 anos assumiu o combate pelos direitos dos outros. Hoje, duas décadas depois, a luta continua na defesa dos expropriados na Huíla.

Cecília Cassapi Gregória nasceu a 25 de Maio de 1973, no Município da Jamba Mineira, na província da Huíla. É formada em Estatística pelo Instituto Médio de Economia do Lubango, mas desde cedo fez uso da advocacia para apoiar famílias envolvidas em casos de expropriação ilegal de terras, nas zonas de exploração mineira na província da Huíla, no município do Lubango.

Em 1997, a guerra marcava o dia-a-dia do país e nas povoações, mais ou menos, afectadas, surgiam questões graves por resolver de pessoas que careciam de apoio. E foi neste contexto que Cecília Cassapi partiu em defesa dos direitos dos mais desfavorecidos.

Muitas vezes incompreendida pela sua própria família, ainda jovem e apesar das adversidades, prosseguiu um caminho incomum. Mulher, fadada ao único cenário possível para as mulheres, sobretudo em zonas rurais, Cecília contrariou convenções sociais para se focar num ideal de humanidade, respeito e dignidade.

Além de uma vincada vocação religiosa, Cecília sempre teve uma forte inclinação para as questões sociais, assumindo também o desafio de lutar pela auto-afirmação das mulheres nas instituições públicas e liderança nas organizações sociais e comunitárias. Entre 1998 e 1999, foi defensora dos direitos humanos pela Associação Leonardo Sikufindi Shallon Ango-

la e começou a ver-se confrontada com os perigos de posicionar-se vigorosamente, contra titulares do poder político, envolvidos na questão da expropriação ilegal de terras. Cecília Cassapi chegou a ser detida e interrogada pela Polícia de Intervenção Rápida, sob a acusação de pertencer a um grupo da UNITA que pretendia desestabilizar a ordem pública.

Mais uma vez, perante a adversidade Cassapi, não se deixou intimidar e continuou ainda com mais força e certeza de que estava no caminho certo. Em 2003, tornou-se membro da Associação Construindo Comunidades, onde desenvolve trabalhos relacionados com o direito à terra, desenvolvimento e direitos humanos das comunidades agro-pastoris que vivem em

---

*Contrariou convenções sociais para se focar num ideal de humanidade*

---

zonas de exploração de granito, nos municípios de Chibia e Gambos.

Colaborou com a rádio Ecclésia e o Jornal Folha 8 na produção de artigos informativos sobre as ocorrências sobre expropriações ilegais de terras.

Crete de que todos podemos dar algum contributo para melhorar o futuro nas províncias, a defensora dos direitos humanos prevê que a mudança poderá acontecer com uma governação mais aberta, participativa e articulada. ●

Texto: *Carla de Oliveira*



## construindo UM CONTINENTE À MARGEM DOS RECURSOS

¶ Jamba-mineira | ©Hermenegildo Teotónio

*A consciência de que é preciso proteger e gerir bem os recursos naturais ganha força, na medida em que, há cada vez mais Africanos interessados em diminuir o fosso entre a realidade e o potencial de um continente, ostensivamente, saqueado e marginalizado.*

Há muito que se colecionam relatórios, anunciam-se valores astronómicos, percentagens e estatísticas animadoras sobre uma África rica em recursos naturais. O continente tem a maior concentração de terra arável do mundo; Estima-se que só o pescado e a aquicultura atinjam valores totais que rondam os 24 mil milhões USD; Cerca de 30% das reservas de minérios do mundo, estão em África, onde também há abundância de água, madeira, reservas de vida selvagem com fauna e flora incalculáveis.

Como proteger estes recursos? Que mecanismos criar para evitar a fuga, por exemplo, de 50 mil milhões de USD/ano que segundo o Alto Painel de Fluxos Financeiros Ilícitos da União Africana, provêm do “sector extractivo, o maior perpetrador de roubo de recursos financeiros Africanos”.

Os ficheiros Panamá Papers revelaram, em 2016, que pelo menos 37 empresas, sediadas em paraísos fiscais, estavam ligadas a 44 dos 54 países Africanos. Noutro caso de fuga de informação, despoletada pelo acesso aos ficheiros da firma Mossack Fonseca, mais de 1400 empresas, com denominações que indicam

uma ligação aos recursos extractivos ou mineiros, levantaram novas preocupações relacionadas com a forma como estes paraísos fiscais têm sido usados para delapidar a riqueza natural de África.

A defesa e a protecção do património natural do continente têm-se consolidado pela criação de organismos e mecanismos com impacto residual e que ainda perdem força perante a soberania dos recursos, sobretudo extractivos, dada a excessiva dependência da maior parte dos países Africanos.

De acordo com Centro Africano de Recursos Naturais, as reservas petrolíferas do continente constituem 8% do stock mundial e 7% do gás natural. Os minérios têm um peso médio de 70% sobre as exportações totais em África. Aliás, dão uma contribuição significativa em termos de finanças públicas e alguns países Africanos dependem inteiramente do sector extractivo. O Banco Africano para o Desenvolvimento prevê que os recursos extractivos Africanos contribuam com mais de 30 mil milhões USD/ano para os cofres dos Estados, nos próximos 20 anos.

## Proteger é missão de todos

Para Júlio Candeeiro, director-geral do Mosaiko, proteger os recursos naturais é vital e começa com a nítida noção de que recursos naturais desprotegidos ameaçam a sobrevivência de todos, individual e colectivamente.

“A exploração de recursos naturais tem impacto na vida do cidadão, causa restrições no acesso à água, por exemplo, quando mudam o curso dos rios. A remoção de terras cria ravinas, o abate de árvores tende a acelerar alterações climáticas. Há limitações impostas que condicionam a produção agrícola, eleva os preços e condiciona o acesso a esses produtos nas zonas de exploração de minérios”, referiu Júlio Candeeiro, acrescentando que é determinante ter consciência dos efeitos na dimensão individual para que se comece a olhar para a protecção como uma missão de todos.

Por outro lado, o director geral do Mosaiko sublinhou que “a terra não é só um espaço físico como tal, existe um histórico, espólios, túmulos e toda uma herança histórico-cultural. Se a exploração de recursos naturais não tiver nada disto em conta, a nossa sobrevivência como grupo está em risco”.

“Infelizmente, ainda vemos a protecção dos nossos recursos de forma segregada e atribuída a pequenos grupos, quando a comunidade deveria juntar-se para defender o seu património natural e histórico-cultural. Afecta a todos e no fundo, todos saem a perder”, concluiu.

Nestas circunstâncias, o trabalho do Mosaiko baseia-se sobretudo, em “empoderar” as populações locais, dando a conhecer mecanismos como o Free Prior and Informed Consent (prevê uma consulta prévia e envolvimento das populações locais antes do início da exploração dos recursos). “Se as comunidades estiverem organizadas e fizerem pressão, podem não conseguir tudo, mas sempre conseguirão ultrapassar alguns obstáculos”, defendeu Júlio Candeeiro.

## Organizações regionais

Centro Africano de Recursos Naturais

Visão Mineira Africana

Centro de Desenvolvimento Africano de Minérios

## Centro Africano de Recursos Naturais

O ANRC (sigla em inglês) foi instituído pelo Banco Africano de Desenvolvimento para estimular a capacidade dos decisores africanos e, assim, melhorar a gestão dos recursos naturais. O foco é colaborar com governos, instituições regionais, sector privado, organizações da sociedade civil e doadores.

## Visão Mineira Africana

Adoptada pelos Chefes de Estado que integram a União Africana, em Fevereiro de 2009, na sequência de um reunião de ministros Africanos de Recursos, Minérios e Desenvolvimento, em Outubro de 2008. Além de uma melhor gestão, pretende assegurar que os impostos, provenientes da actividade mineira são optimizados e os lucros, bem aplicados.

Procura integrar os minérios em políticas de desenvolvimento a nível local, nacional e regional. Garantir que os trabalhadores e comunidades possam ver os benefícios da indústria mineira e o seu ambiente protegido. E ainda, prestar capacidade para negociar contractos com multinacionais, exigindo que produzam rendimentos justos, recorrendo a inputs locais.

## Centro de Desenvolvimento Africano de Minérios

Trabalha com os membros de Estado da União Africana e as suas organizações nacionais e regionais para promover regras transformativas dos recursos mineiros e desenvolver o continente, aumentando as ligações económicas e sociais.

O seu objectivo-chave é assegurar que os interesses Africanos e as preocupações neste sector são articulados e assumidos em todo o continente para benefício e prosperidade de todos.

### Como África perde bilhões

Os mecanismos de protecção Africanos ainda estão longe de impedir o saque de recursos naturais e a evasão fiscal. À escala de Davi e Golias, África entra no combate já em desvantagem, à sua frente, os paraísos fiscais que abrigam a ambição desmedida e inescrupulosa de uma elite planetária.

Ao contrário do que se quer fazer crer, “África está longe de ser o maior devedor do mundo”, frisou o economista e director da Tax Justice Network, Jonh Christensen, explicando que “de 1970 até 2008, a dívida externa de 33 países da África Subsariana, totalizava 177 bilhões USDólares. Durante esse período, estes mesmos 33 países subsarianos, perderam 944 bilhões de USDólares, de capitais ilícitos, depositados em paraísos fiscais”.

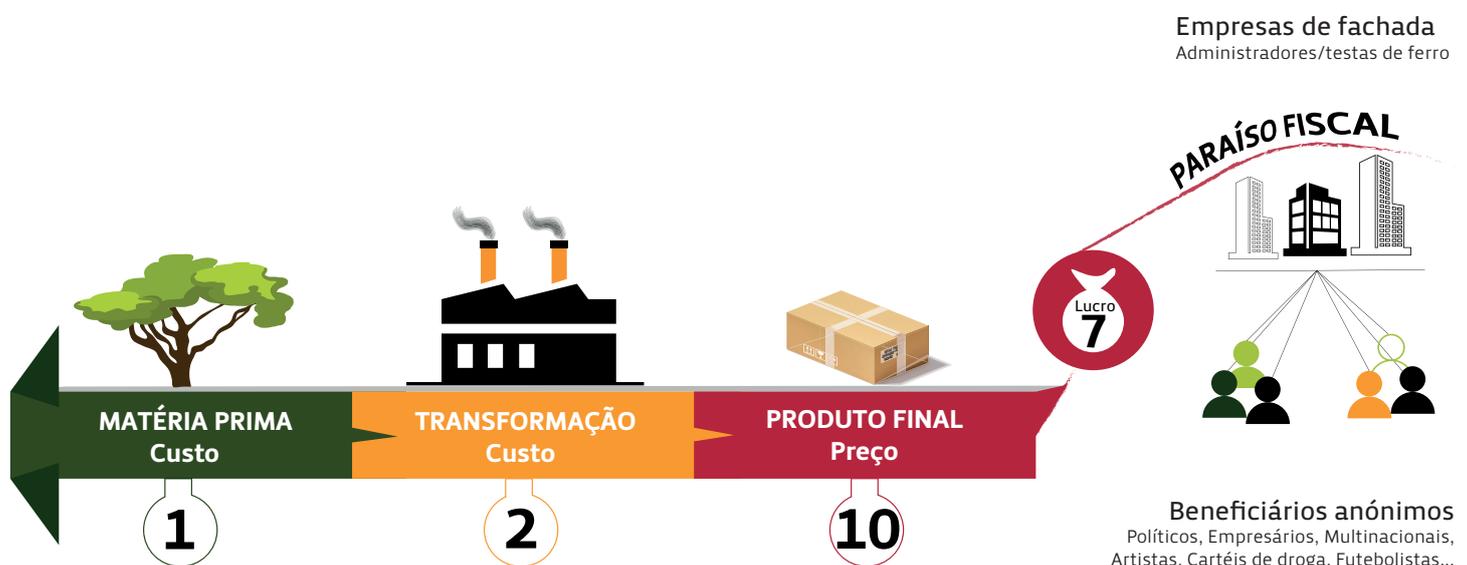
Estas jurisdições secretas fazem com que países em desenvolvimento se tornem famintos, apesar de perderem mais de um trilião USD/ano em fuga de capitais e evasão fiscal. A maioria desta riqueza encaminha-se de forma encoberta, via paraíso fiscal, para as grandes nações ocidentais como os Estados Unidos e o Reino Unido, o que faz com que as suas moedas permaneçam fortes, enquanto que as moedas dos países em desenvolvimento são tendenciosamente fracas.

Os Paraísos Fiscais são protegidos, sobretudo pelo Reino Unido e Estados Unidos da América. Este sistema facilita a existência de Fluxos Ilícitos de Capitais, cria incentivos para que pessoas em posições de poder se tornem corruptas e impossibilita que as populações que vivem em países com recursos naturais, sejam beneficiadas. Os principais beneficiários são as empresas exploradoras e a elite política corrupta.

Os Paraísos ou Refúgios fiscais facilitam a aplicação de capitais estrangeiros com tributações muito baixas ou nulas. Existem mais de 80, espalhados pelo mundo e sob a permissa de segredo e ausência de impostos: ricos, empresas, multinacionais, famosos, mafiosos, terroristas, são acolhidos em territórios como Luxemburgo, Ilhas Caimão, Ilha de Man, Ilha de Jersey, Ilhas Maurícias, Bermudas, Mónaco, Suíça, Bahamas, Irlanda, Guernesey, Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas do Canal, Dalaware (EUA)...

Por exemplo, as Ilhas Caimão são o quinto maior centro financeiro do mundo, gere 1.9 triliões USD em depósitos, acolhe 80 mil empresas registadas e conta com uma população de 60 mil pessoas. ●

Texto: *Mandele Rocha*



\*Estimativa Hipotética de custos e preço

# notícias

## SOCIEDADE CIVIL MAIS CONSCIENTE

*Hannab Foster, directora executiva do Centro Africano de Estudos para a Democracia e Direitos Humanos, desde 2001, representa e acompanha o movimento da sociedade civil Africana e destaca as diferenças.*

O Mosaiko Inform falou com Foster, durante a 63ª Sessão Ordinária da Comissão Africana dos Direitos Humanos que decorreu de 24 de Outubro a 11 de Novembro passado, em Banjul, na Gâmbia.

“A sociedade civil Africana percorreu já um longo caminho que começou por ser problemático, mas tornou-se mais responsável e consciente, relativamente às suas responsabilidades perante a sociedade e, tem vindo a assegurar que as comunidades, onde se insere, regem-se de acordo com a lei”, sublinhou Hannah Foster.

Para a representante, todo o trabalho desenvolvido e assumido de forma séria pela Sociedade Civil Africana levou ao reconhecimento do seu papel e a crescente participação num espaço amplo, como o da Comissão Africana dos Direitos Humanos, tem ajudado a legitimar o seu envolvimento e provocado a resolução de questões locais.

“No início, neste tipo de iniciativas, participavam apenas 25 a 30 organizações, mas no último fórum, contámos com mais de 235 participantes de 35 países Africanos, posso hoje dizer que já

temos uma boa representação”, constatou.

A missão da Sociedade Civil tem também sido determinante porque conforme explicou Foster, “o nosso trabalho é desenvolvido de acordo com a agenda da Comissão Africana, complementando o seu trabalho”.

“Há 11 comissários, sabemos que não trabalham a tempo inteiro e vêm de toda parte. Cada comissário é responsável por quatro ou cinco países, como podem fazer isso? Só se a sociedade civil ajudar, registando casos de violações dos direitos humanos, pesquisando e partilhando essa informação com a Comissão”, contou, acrescentando que além da recolha de informação, também chega “a trazer pessoas para que falem das suas comunidades. Por isso digo que a sociedade civil está muito ciente sobre as suas responsabilidades no concerne a promover e proteger os direitos humanos nos seus países”.

Quanto à sociedade civil Angolana, Foster considerou que as organizações de direitos humanos em Angola “estão a fazer um bom trabalho, sei que há ainda muito por fazer, precisam de formação, mas foi bom conseguirem trazer alguém que pudesse reportar o que acontece aqui. Devemos continuar a apoiá-los porque juntos, independentemente da língua, África é nossa, é o nosso destino e como sociedade civil temos que estreitar caminhos e caminhar pelo nosso continente”. ◉



Gâmbia | ©Arquivo Mosaiko

## ORGANIZAÇÕES DEBATEM RECURSOS NATURAIS

O Grupo de Organizações da Sociedade Civil sobre Recursos Naturais em Angola realizou de 28 a 30 de Agosto, a 3ª Conferência Nacional sobre os Recursos Naturais “Tchota-Angola 2018”, em Luanda.

Concluindo que é necessário rever as leis para organizar o sector mineiro, tendo em conta os interesses das pessoas e das comunidades locais. O evento organizado pelo Mosaiko, culminou com o lançamento da Campanha Make It Happen (do Inglês, “Faça acontecer”), que junta “homens e mulheres de fé” de vários países da África Austral para uma maior justiça na gestão dos Recursos Naturais. ◉



Luanda | ©Hermenegildo Teotónio

## entrevista

### FILOMENO VIEIRA LOPES

**“Temos recursos suficientes, ninguém deve ser pobre”**



Seção fotográfica: ©André Cupessala

*O economista e político Filomeno Vieiras Lopes defende que uma boa visão sobre a exploração dos recursos implica criar um sistema que assegure melhores condições para todos.*

*Os recursos naturais são as principais fontes de receitas no nosso País, há muito que se fala em usá-los para diversificar a economia, mas até agora, não saímos do papel e dos discursos...*

Os recursos naturais têm peso no nosso país. Temos os peixes, que é um recurso natural renovável, extraímos minérios, mas o petróleo e o diamante têm grande peso na economia, mormente como captadores de divisas.

No entanto, uma economia que extrai e não transforma, fica dependente da importação de produtos manufacturados. E uma economia que não utiliza o capital da exploração dos recursos naturais para financiar, por exemplo, a agricultura, perde uma grande base de auto-sustentabilidade. Isso significa que a classe no poder interessou-se em captar divisas e, através da exportação, financiou a sua própria riqueza e importou produtos que lhes permitiram um certo nível de vida.

*Como a não diversificação económica afecta a vida dos cidadãos?*

Primeiro, afecta do ponto de vista do emprego. O petróleo só cria um pequeno número de empregos. Enquanto que se tivéssemos, por exemplo, investido na agricultura e poderosamente, nas indústrias industrializantes (indústrias que formam outras), mais emprego haveria para os cidadãos.

A segunda consequência é a questão da segurança económica interna. Há produtos que temos de ser nós a produzir para nossa própria segurança. Outra, é o ambiente, ao não diversificarmos a economia, acabamos por estar muito preocupados com a exploração máxima dos recursos naturais e com isso, degradamos o ambiente.

Por outro lado, ao importarmos demasiado, acabamos também por importar a inflação dos países que produzem estes produtos.

*E o que fazer para que a exploração dos recursos naturais contribua para o bem-estar das populações?*

Alterar toda a política económica, mas, o mais importante, é criar um sistema em que haja a intervenção das próprias comunidades, quer na concepção do plano de desenvolvimento de exploração dos recursos quer na gestão desse plano e, sobretudo, no controlo, de forma a que haja uma visão estratégica comum sobre como a exploração deve ser feita. E um sistema fiscal que permita que os rendimentos que saem da exploração, sejam justamente aplicados nas comunidades.

Hoje, gerimos os nossos recursos meramente com o concurso do governo e das empresas, é preciso fazer intervir a sociedade, até porque há espaços que são extremamente prejudicados com a exploração desses recursos e no caso de diamantes, por exemplo, há deslocação de populações e destruição de culturas.

*O que mudaria se se diversificassem também os recursos naturais a ser explorados?*

O problema não é só o de explorar outros recursos, a questão de fundo que muda a vida das pessoas começa com criar auto-estima, fazendo com que elas

participem no esforço de exploração e, naturalmente, compreendam o que está em causa.

É preciso cumprir as “cadeias de negócio”, todos os minérios extraídos deveriam ser transformados aqui, em Angola. E, por outro lado, uma boa concepção da problemática dos recursos naturais, permitem-nos outro tipo de ligações, por exemplo, se exploro cobre, tenho que construir um caminho-de-ferro, e isto, acarreta outros benefícios colaterais para as comunidades.

Portanto, uma visão boa sobre a exploração desses recursos, implicando a sociedade civil, criaria melhor condições para todos. Temos recursos suficientes no país para decidirmos que ninguém deve ser pobre e é só montarmos um sistema que assegure exactamente isso: ninguém deve ser pobre.

---

*Angola não tem um plano de desenvolvimento e, muito menos, de desenvolvimento sustentável que deve, naturalmente, estar relacionado com as gerações futuras*

---

*Como olha para a gestão actual dos recursos naturais e a sustentabilidade das próximas gerações?*

Quando o petróleo se esgotar, temos comprometidas todas as populações futuras. Angola não tem um plano de desenvolvimento e, muito menos, de desenvolvimento sustentável que deve, naturalmente, estar relacionado com as gerações futuras. É um problema intertemporal que tem que ser equacionado, garantindo que as gerações presentes beneficiam e decidem sustentar as suas famílias, mas também criam mecanismos financeiros de investimento no futuro.

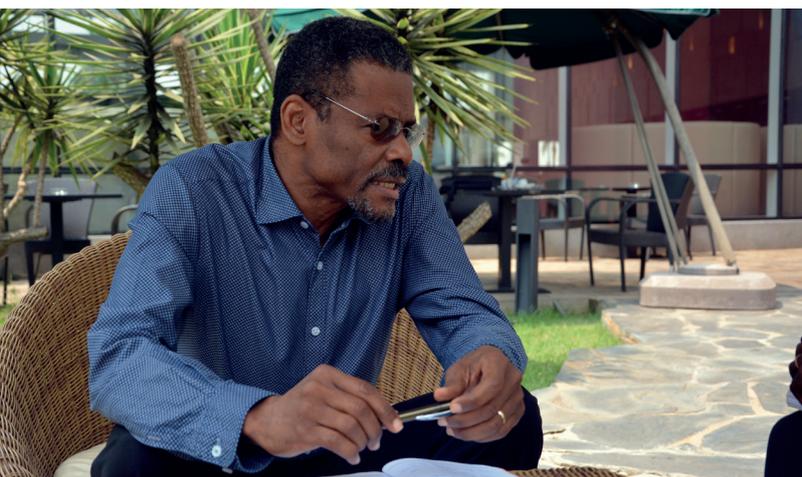
*Que mecanismos?*

Esses mecanismos, normalmente começam através de fundos e o Fundo Soberano é uma das formas de acautelar o futuro das gerações vindouras, se inscrevermos esta função nesse fundo. Angola só muito recentemente, constituiu

entrevista

FILOMENO VIEIRAS DIAS  
ECONOMISTA

um Fundo Soberano que é raquítico e com todas as “makas” em que está envolvido, não tem dado garantias de sustentabilidade futura.



*Como os cidadãos, organizações e empresas podem ajudar o Estado a proteger e fiscalizar os recursos?*

O Estado não quer ser ajudado. Tem havido esforços da sociedade civil neste sentido, mas estamos num Estado com características predadoras, cujos agentes se aproveitaram da exploração desses recursos para eles próprios e financiaram o seu poder económico.

A nossa experiência é dramática, não se percebe como Cabinda e Lunda Norte, regiões com intensiva exploração de recursos naturais, tenham populações extremamente miseráveis. A sociedade tem de tomar consciência desse problema, inspirada até em modelos continentais, na Visão Mineira Africana, em que equaciona estes problemas e exige que a sociedade civil seja parte em toda a concepção, gestão e controlo dos recursos naturais.

O nosso Código Mineiro diz que toda a política de exploração dos recursos minerais deve ser atribuída ao Governo, não à Assembleia Nacional e, nunca com interferência da Sociedade Civil, isso faz com que estejamos nesta situação. Nem sequer temos um sistema de transparência, pelo contrário, as leis petrolíferas proibem a divulgação de certos dados e sem informação ninguém pode gerir ou ajudar no que quer que seja.

---

*A nossa experiência é dramática, não se percebe como Cabinda e Lunda Norte, regiões com intensiva exploração de recursos naturais, tenham populações extremamente miseráveis*

---

*Então, o Estado não criou mecanismos que permitam que a sociedade civil controle e proteja os recursos naturais?*

Não, não criou. O modelo que temos deve ser completamente invertido para poder dar alguns frutos. É preciso que todos os agentes (o governo, a Assembleia Nacional, as empresas, a sociedade civil) partilhem e cheguem a uma visão comum. O desenvolvimento tem que ser feito com o concurso de todos.

*O Estado assume, ainda a distribuição das receitas adquiridas da exploração. Considera que a distribuição tem sido justa?*

Não. Tem sido injusta e isso é visível nas disparidades que existem no país. Angola é dos países cujo Coeficiente de Gini, indicador que mede a diferença entre pobres e ricos, é dos maiores do mundo. Isto resulta da forma como as receitas dos recursos naturais são alocadas.

A maioria da população vê-se privada e prejudicada por esta exploração, basta ver, por exemplo, os efeitos no ambiente. Para estas comunidades, a exploração dos recursos naturais é uma coisa má, não é boa. Precisamos ter a garantia de que estes benefícios vão ser aplicados nas comunidades em educação, saúde e na produção, através da constituição de novas indústrias, etc. E esta garantia ainda não existe.

*Há violações de Direitos Humanos nas zonas de exploração. O que fazer para mudar este quadro?*

Não é só dos Direitos Humanos ou dos Direitos Económicos e Sociais, mas também violações flagrantes

de Direitos Políticos e Cívicos. Violações, por exemplo, em relação à segurança das populações. Tem havido mortes nestas áreas. A sociedade tem que alterar esse estado, quer dizer, o petróleo e o diamante não podem ser uma maldição, mas sim uma bênção.

*África perde cerca de 50 mil milhões de dólares/ano, segundo o Tax Justice Network (Rede de Justiça Tributária).*

*Como se perde todo este dinheiro?*

Através de um conjunto de situações, permitidas pelas classes dominantes que como ficam enriquecidas, acabam por não criar os mecanismos administrativos e fiscais.

Há fenómenos de evasão fiscal muito graves em África e um conjunto de rendimentos que não são, devidamente declarados nem controlados. Há situações relacionadas com a transferência de preços (transfering Price), através dos inputs sobrevalorizados a África de companhias estrangeiras que operam no continente. E, por aí, aumenta os custos das companhias internamente, baixam-se os impostos para elas, e o continente perde. Portanto, há todo um conjunto de mecanismos que permitem que haja esta fuga de capitais de África, mas que é perfeitamente consentido pelas classes.

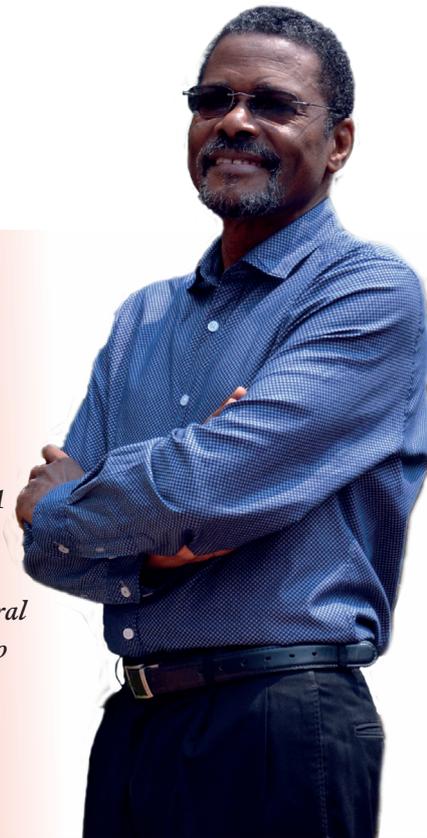
*E se África não perdesse este dinheiro?*

Com uma boa gestão, é um bom dinheiro para relançar a economia. Diz-se que a África tem recursos, mas não tem financiamento e afinal também tem financiamento, não tem sabido é controlá-lo para depois, aplicá-lo.

*Os instrumentos e leis para controlar a exploração dos recursos naturais em África, existem, por que não se materializam?*

É o que se passa em termos de política africana: Há leis e não são implementadas. A praxe política inventa outra maneira de fazer política que é esta de favorecer grupos minoritários através da privatização do próprio Estado. A assinatura dessas leis acabam por ser instrumentos demagógicos para convencer os

*Filomeno Vieira Lopes é economista angolano, dirigente do partido Bloco Democrático, activista e membro de organizações da sociedade civil. Nasceu aos 11 de Janeiro de 1955, no Bairro Operário, em Luanda. Foi membro do Comité Central do MPLA e chegou a ser eleito administrador da Sonangol E.P, não chegando a exercer, por questões políticas.*



povos da “boa vontade” desses dirigentes políticos.

A Visão Mineira Africana foi aprovada em 2009, mas neste momento, não temos um instrumento sobre a visão regional e nacional, e tudo isto foi previsto na Visão Mineira Africana. No caso de Angola, aparentemente, nem sequer temos um documento em português sobre esta Visão Mineira. Há efectivamente, uma irresponsabilidade política a este nível.

*Já agora, que apelo deixa?*

É preciso encarar com serenidade a questão da criação de plataformas entre o Estado (o governo e a Assembleia Nacional), as empresas e as comunidades, para que possam estar unidas, no sentido de discutirem e decidirem sobre todos os interesses nacionais na exploração dos recursos naturais. É importante constituir uma Visão Mineira nacional com o concurso de todos, na medida em que é daí que iremos encontrar uma alteração na repartição de receitas e de outros aspectos positivos que emergem da exploração dos recursos naturais. Façamos um caminho comum! 

Texto: *António Gongga*

*reflectindo*

# O PAÍS QUE SONHAMOS

Muitos sonharam uma Angola livre, outros idealizaram um país novo. Hoje, é uma vivência marcada pelo desrespeito e desconsideração pelo que somos e temos que redesenha o futuro.

Aparentemente despreocupados, determinamos no presente, a Angola do amanhã. Uma actuação, intencionalmente, inconsciente que encontra pouca resistência, ainda que persistam os que teimam em pensar e sonhar o futuro melhor... Numa conversa aberta com o reverendo da Igreja Baptista de Angola, Ntoni Nzinga, sobre os recursos naturais, sobressaiu a importância de gerir o futuro agora, “o que pressupõe saber conviver com os elementos e elevar o País-pessoas, o País-flora e o País-fauna.

Sob esta perspectiva, a gestão do recurso baseia-se na parceria entre o Homem e os elementos do seu meio. Eu, como ser humano, do ponto de vista do processo de criação, passei pelo mesmo que o animal e, portanto, o meu parceiro é o rio, a terra, os peixes... Sou parte da existência de todos os seres: humano, animal, água, mineral, flora, terra...

A vida deve, então ser protegida e para a sua continuidade, o foco da protecção não deve incidir apenas sobre os recursos naturais. Por outro lado, só valorizamos os recursos quando servem os nossos interesses pessoais e satisfazem necessidades próprias, assim, dificilmente se cuida para continuar a existir tanto o recurso, como a vida em si.

Para proteger é preciso questionar: Qual é o objectivo da exploração dos recursos? O impacto dessa actividade nas comunidades?

Precisamos pensar melhor nesta dádiva de Deus. A nossa acção não se deve limitar apenas em reduzir o recurso a um valor monetário. Devemos sim, gerir tendo em mente que a nossa existência depende da capacidade de convivermos bem com esses recursos naturais.

Apesar da extensa lista de recursos naturais que possui, África continua a sofrer. No Congo, por exemplo,

---

*Que lições aprendemos com as alterações climáticas provocadas pelas escavações, removimento de terras, desvio dos rios? Não poderíamos fazer as coisas de outra maneira?*

---

mais 90% dos recursos naturais são explorados, mas quem vive ao redor desses recursos não beneficia e quem beneficia, sequer conhece a origem desses recursos, as pessoas que lá estão e as condições em que vivem...

Só valorizando o que somos ou fomos seremos mais capazes. Noutros tempos, os Africanos souberam explorar e trabalhar ferro, ouro, cobre... Desenvolvemos técnicas próprias, tivemos essa capacidade.

Hoje, não temos que nos reduzir e imitar o que os outros fazem, podemos recriar e produzir algo próprio.



📍 Jamba-mineira | ©Hermenegildo Teotónio

Desenvolvimento não se limita ao eu querer ser como o outro, é sim, melhorar cada vez mais as minhas capacidades. Ainda há gente que pensa e tem ideias para gerir o nosso desenvolvimento de forma diferente.

Devemos então, encorajar os que têm capacidade de criar e recriar, a partir do que temos. O que aprendemos com os outros deve apenas reforçar o que já temos e não substituir, senão, continuaremos a perpetuar a destruição do que já fomos e ainda somos, aliás algo que fazemos desde o tempo colonial.

Felizmente ainda há espaço para questionar, talvez sejam poucas as oportunidades para o fazermos e raros os que se desafiam a questionar-se e a questionar. Oiço muito a expressão: “Este é o país que temos” - mas será este o país que queremos?

Quando nos tornámos independentes, dissemos que queríamos ser uma nação, mas nunca chegamos a um entendimento comum sobre o que é ser uma nação. Nunca debatemos. Talvez, agora com as autarquias, vejamos algumas mudanças, mas de facto, desde 75, foram poucas as discussões de ideias.

Há uma lógica de implantar projectos que dão resultado noutras latitudes, mas depois não produzem os mesmos efeitos aqui. Os planos são elaborados na base do que acontece fora, sem ter em conta as necessidades e os desejos dos que estão no terreno.

É necessário ligar os pensamentos de cada um. Não temos feito o suficiente para que os proveitos, não se concentrem apenas numa minoria e se tornem algo

para benefício de uma maioria que continua a ser tratada como estrutura, quando deveria ser perspectivada como um movimento de pessoas e pensamentos.

O programa de investimento estrangeiro para o desenvolvimento de Angola, deve ter em conta as comunidades locais.

Os efeitos da exploração não são discutidos com a comunidade que desde sempre, habitou essas zonas

---

*A ideia de virem investir em Angola é boa, mas investem no Angolano? Para o Angolano? Ou investem neles próprios ou para eles próprios?*

---

ricas de recursos, mas depois, é a comunidade que paga a factura e suporta os danos. Os contractos de exploração não podem continuar a ser negociados longe dessas comunidades, elas têm que fazer parte, têm que ser ouvidas e consideradas também.

Quando a visão de um país é individual, não é a visão de um país. Há que convergir pensamentos, ideias de várias pessoas ou só o presidente é que deve pensar? Se não lançamos mão dessa faculdade de questionar de forma livre, como poderemos avançar?” - Reverendo Ntoni Nzinga. ●

# 21 Anos ao serviço dos Direitos Humanos

No dia 20 de Setembro de 2018, o Mosaiko celebrou 21 anos de existência. São 21 anos dando o melhor de si na promoção e defesa de uma cultura de Direitos Humanos (DH) em Angola, trabalhando em várias zonas do país, e sobre temáticas variadas.

Ao longo destes anos, foi possível trabalhar na defesa dos DH, com destaque no acesso à Justiça e no sector extractivo, precisamente nas províncias da Lunda Norte e Sul, mas também, nas Províncias do Cune, Huíla, Uíge e Moxico, no sector da extracção de madeiras.

Neste âmbito, o Mosaiko capacitou vários membros de Grupos Locais de DH, membros de Comissões diocesanas e paroquiais de Justiça e Paz; incluindo funcionários de instituições públicas, com formações sobre o Código Mineiro Angolano, Código Mineiro Africano, e outros instrumentos nacionais e internacionais de protecção dos DH.

Volvidos alguns anos, estes homens e mulheres são hoje, agentes multiplicadores das capacidades recebidas, contribuindo para a consciencialização dos seus concidadãos, evitando situações de violação dos DH nas suas localidades.

Para além da formação, o Mosaiko tem realizado aconselhamento jurídico, defesa de casos de violações dos DH, divulgação nos Media do trabalho sobre

Direitos Humanos e um extenso trabalho de pesquisa social.

O trabalho desenvolvido pelo Mosaiko permitiu ainda a tomada de posições, apresentadas na Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos; nas sessões da Revisão Periódica Universal e noutros espaços internacionais de defesa dos DH. E hoje, chegámos à edição 40 do Mosaiko Inform com uma versão actualizada, procurando melhorar a cada edição e cumprir a missão de divulgar temas de cidadania e de DH em Angola.

Os 21 anos do Mosaiko são mais uma ocasião para reconhecermos o empenho de cada pessoa dos vários Grupos Locais de Direitos Humanos, das comunidades e dar visibilidade às diversas iniciativas de participação cidadã em Angola. Esta é, por isso, uma excelente oportunidade para valorizar o contributo

de cada um dos funcionários/colaboradores, parceiros e financiadores do Mosaiko e, e obviamente, dos frades Dominicanos. 

Parabéns, Mosaiko.

**Sempre por uma Angola melhor !**

*Júlio Gonçalves Candeeiro, op*

Construindo  
Cidadania

Rádio Ecclesia | 97.5 FM  
ZAP | Canal 504

Sábado  
às 08H30

